



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2013
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	Aspectos legais da publicidade de alimentos direcionada ao público infantil
<b>Autor</b>	JÉSSICA RODRIGUES LOURENÇO
<b>Orientador</b>	CLAUDIA LIMA MARQUES

Estudos comprovam a influência direta que a publicidade, frente à hipervulnerabilidade característica da criança, exerce sobre seus hábitos alimentares e conseqüentemente sobre sua saúde. Segundo pesquisa do Ministério da Saúde, 30% das crianças brasileiras apresentam sobrepeso, sendo que 15% são obesas. A obesidade é fator de risco de diversas doenças crônicas não transmissíveis, conjunto de patologias responsáveis por 72% das causas de mortes no país e 75% dos gastos com atenção à saúde do SUS. Não obstante, cerca de 70% da publicidade dirigida a este público é de alimentos que contêm quantidades elevadas de gordura, açúcar e sódio, o que os configura como produtos alimentares prejudiciais à saúde, e que contribuem para o agravamento deste quadro. Neste contexto, o presente trabalho propõe-se a realizar uma análise dos aspectos legais da publicidade de alimentos de baixo valor nutritivo direcionados ao público infantil frente ao ordenamento jurídico brasileiro. Buscar-se identificar as principais formas com que a publicidade é utilizada pelo setor desde ramo alimentos a fim de atingir o público infantil, empregando-se pesquisa bibliográfica e de marketing. Em um segundo momento, é feita uma análise destas práticas publicitárias considerando o disposto no Código de Defesa do Consumidor (CDC), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Constituição Federal, bem como o entendimento doutrinário e jurisprudencial no que permeia o tema. Pode-se concluir que, embora o CDC caracterize como abusivo esse tipo de publicidade, há uma crescente demanda de normas específicas para a regulação da publicidade de alimentos danosos dirigida à criança, o que se verifica pela tramitação de diversos Projetos de Lei nesse sentido no país – sobretudo no âmbito estadual e municipal – e na atualização do CDC.